

Contas Nacionais Trimestrais Por Setor Institucional (Base 2016)

4º Trimestre de 2020

Taxa de poupança das famílias atingiu 12,8% em 2020, mais 5,7 pontos percentuais que em 2019

- A capacidade de financiamento da economia, face ao trimestre anterior, manteve-se em 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano acabado no 4º trimestre de 2020 (em 2019, a economia tinha registado capacidade de financiamento correspondente a 1,0% do PIB).
- O Rendimento Nacional Bruto (RNB) e Rendimento Disponível Bruto (RDB) reduziram-se ambos 0,8%, tendo o PIB nominal diminuído 1,0% no ano acabado no 4º trimestre de 2020 (taxas de variação de -0,8% e -1,1% no trimestre anterior, respetivamente). Relativamente a 2019, o RNB, o RDB e o PIB nominal registaram variações de, respetivamente, -4,4%, -4,3% e -5,4% (variações de 4,2% do RNB e de 4,3% tanto do RDB como do PIB nominal em 2019 comparativamente com 2018).
- No 4º trimestre de 2020 a capacidade de financiamento das Famílias aumentou 1,4 pontos percentuais (p.p.), para 5,9% do PIB, e a taxa de poupança atingiu 12,8% (11,0% no trimestre anterior e 7,1% no final de 2019), sendo necessário recuar a 2002 para encontrar uma taxa de poupança idêntica. Este resultado refletiu sobretudo a variação nominal de -5,0% do consumo privado em 2020, variação negativa sem precedente na série iniciada em 1995, visto que o rendimento disponível das famílias aumentou 1,0%, refletindo em parte as medidas de políticas públicas adotadas no contexto da Pandemia e com reflexo na redução do saldo das Administrações Públicas (AP).
- O saldo das Sociedades Não Financeiras fixou-se em -2,4% do PIB, valor idêntico ao registado no trimestre anterior, mas menos negativo que um ano antes (-3,2%), verificando-se um aumento dos subsídios e uma redução dos rendimentos de propriedades pagas (taxas de variação de 23,5% e -2,5%, respetivamente), em particular dos lucros distribuídos.
- A capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras manteve-se idêntica ao trimestre anterior (2,2% do PIB) mas diminuiu relativamente a 2019, quando atingiu 2,6% do PIB.
- O saldo do setor das Administrações Públicas reduziu-se em 1,5 p.p. no ano terminado no 4º trimestre de 2020 relativamente ao trimestre anterior, representando uma necessidade de financiamento de 5,7% do PIB (saldo positivo de 0,1% do PIB em 2019). Tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP no 4º trimestre de 2020 atingiu -3 905,1 milhões de euros (-7,4% do PIB, o que compara com -4,3% no trimestre anterior). A deterioração do saldo das AP esteve associada às medidas de apoio à economia no contexto pandémico e à sensibilidade das finanças públicas à contração da atividade económica, nomeadamente no que se refere às receitas fiscais.

Os resultados apresentados correspondem à versão preliminar das Contas Trimestrais por Setor Institucional (CTSI) para o 4º trimestre de 2020, período em que se verificou a implementação de novas medidas de restrição à circulação na sequência do agravamento da pandemia. Note-se que no 3º trimestre assistiu-se à reabertura progressiva da atividade económica, após a aplicação de medidas de contenção à propagação da COVID-19, com forte impacto económico no 2º trimestre.

Para uma melhor leitura da tendência das principais variáveis, salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos que se seguem referem-se ao ano acabado no trimestre de referência. Em consequência, os resultados para o 4º trimestre coincidem com valores anuais. Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente. Devido a arredondamentos, a soma das parcelas dos indicadores económicos apresentados pode não coincidir com o resultado para o total da economia.

Os agregados das CTSI estão expressos exclusivamente em termos nominais e não estão ajustados de flutuações sazonais e de efeitos de calendário. Os resultados são apresentados para o total da economia e com detalhe por setor institucional (ver Nota Metodológica no final do destaque).

Além dos quadros anexos a este destaque, informação adicional está disponível no Portal do INE:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais&xlang=pt

Saldo externo da economia ligeiramente positivo

A capacidade de financiamento da economia situou-se em 0,1% do PIB, valor idêntico ao registado no trimestre anterior, mas 0,9 p.p. inferior ao do 4º trimestre em 2019. O PIB nominal diminuiu 1,0% no 4º trimestre de 2020 face ao trimestre anterior e 5,4% comparativamente com o mesmo trimestre do ano anterior, enquanto o Rendimento Nacional Bruto (RNB) e o Rendimento Disponível Bruto (RDB) reduziram-se ambos 0,8% (-4,4% e -4,3%, respetivamente, em relação ao 4º trimestre de 2019).

O saldo negativo dos rendimentos de propriedade com o Resto do Mundo reduziu-se em 0,2 p.p. do PIB (relativamente ao 4º trimestre de 2019 a redução situou-se em 1,0 p.p.), com os rendimentos pagos e recebidos a diminuírem 7,2% e 4,5%, respetivamente.

A diminuição do RDB conjugada com a redução de 0,9% da despesa de consumo final (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP) determinou uma variação de -0,5% da poupança bruta da economia (-5,4% no trimestre anterior). A poupança da economia representou 18,1% do PIB no 4º trimestre de 2020, próxima do valor registado no trimestre anterior, mas 1,0 p.p. abaixo da registada no 4º trimestre de 2019.

A Formação Bruta de Capital (FBC) diminuiu 0,3%, compensando parcialmente a já referida diminuição da poupança, resultando numa capacidade de financiamento de 0,1% do PIB, igual ao trimestre anterior. Comparativamente com o ano anterior, a FBC diminuiu 4,3% em 2020.

Quadro 1: PIB, RNB e RDB no ano acabado no trimestre

Ano acabado no trimestre	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)
2017T1	188 448	1,1	183 891	1,1	188 036	1,3
2017T2	190 780	1,2	186 011	1,2	190 070	1,1
2017T3	193 087	1,2	188 348	1,3	192 706	1,4
2017T4	195 947	1,5	191 348	1,6	195 931	1,7
2018T1	198 034	1,1	193 939	1,4	198 368	1,2
2018T2	200 057	1,0	195 487	0,8	200 050	0,8
2018T3	202 488	1,2	197 801	1,2	202 425	1,2
2018T4	205 184	1,3	200 173	1,2	204 752	1,1
2019T1	207 479	1,1	201 790	0,8	206 315	0,8
2019T2	209 625	1,0	204 713	1,4	209 352	1,5
2019T3	211 641	1,0	206 610	0,9	211 276	0,9
2019T4	213 949	1,1	208 565	0,9	213 462	1,0
2020T1	213 799	-0,1	208 602	0,0	213 816	0,2
2020T2	206 796	-3,3	202 600	-2,9	207 619	-2,9
2020T3	204 590	-1,1	200 993	-0,8	205 952	-0,8
2020T4	202 466	-1,0	199 434	-0,8	204 302	-0,8

Financeiras atingiu um montante equivalente a 3,2% do PIB e as sociedades financeiras apresentaram uma capacidade de financiamento de 2,6% do PIB.

O setor institucional das AP apresentou um saldo negativo de 5,7% do PIB no ano acabado no 4º trimestre de 2020, que representa um agravamento de 1,5 p.p. relativamente ao trimestre anterior, na sequência do aumento da despesa em 2,8% e da redução da receita em 0,3%. Em 2019 este setor apresentou um saldo ligeiramente positivo correspondente a 0,1% do PIB.

Quadro 2 - Poupança e Capacidade (+)/Necessidade(-) de Financiamento un.:% do PIB

Ano acabado no trimestre	Poupança Bruta	Saldo das transferências de capital com o Resto do Mundo	Formação Bruta de Capital	Capacidade(+)/Necessidade(-) Líquida de Financiamento
2017T1	16,8	0,9	15,9	1,9
2017T2	17,0	0,9	16,3	1,6
2017T3	17,6	0,8	16,8	1,8
2017T4	18,2	0,8	17,2	1,8
2018T1	18,7	0,8	17,6	1,8
2018T2	18,6	0,8	17,7	1,7
2018T3	18,9	0,8	18,1	1,7
2018T4	18,5	0,8	18,3	1,2
2019T1	18,5	0,9	18,7	0,7
2019T2	19,0	0,8	19,0	0,9
2019T3	19,0	0,8	19,2	0,7
2019T4	19,1	0,8	18,9	1,0
2020T1	19,1	0,9	18,9	1,2
2020T2	18,8	1,1	19,0	1,0
2020T3	18,0	1,1	19,0	0,1
2020T4	18,1	1,1	19,1	0,1

A capacidade de financiamento das Famílias aumentou 1,4 p.p., para 5,9% do PIB, no ano acabado no 4º trimestre de 2020. Um ano antes, essa capacidade era mais reduzida, 1,5% do PIB. Esta evolução traduziu sobretudo o crescimento expressivo da poupança bruta em cerca de 8,6 mil milhões de euros (equivalente a 4,2% do PIB).

O saldo externo de bens e serviços (ver gráfico 2) agravou-se para -2,0% do PIB (-1,7% no trimestre anterior), devido a uma diminuição mais acentuada das exportações que das importações (variações de -4,1% e -3,2%, respetivamente). Em 2019, este saldo tinha sido positivo, correspondendo a 0,4% do PIB. A significativa redução das exportações foi determinada, em grande medida, pela forte diminuição da componente dos serviços, particularmente das exportações de turismo.

O gráfico 1 apresenta a evolução da capacidade (+)/necessidade(-) de financiamento da economia por setor institucional.

A necessidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras (SNF) manteve-se em 2,4% do PIB no 4º trimestre de 2020, enquanto as Sociedades Financeiras registaram uma capacidade de financiamento de 2,2% do PIB no 3º e 4º trimestre. Um ano antes, a necessidade de financiamento das Sociedades Não

Gráfico 1 - Capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento por setor institucional (em % do PIB, ano acabado no trimestre)

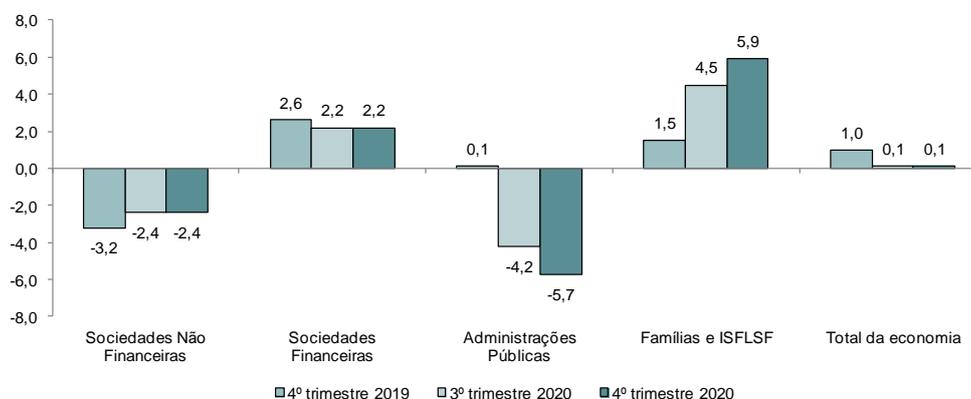
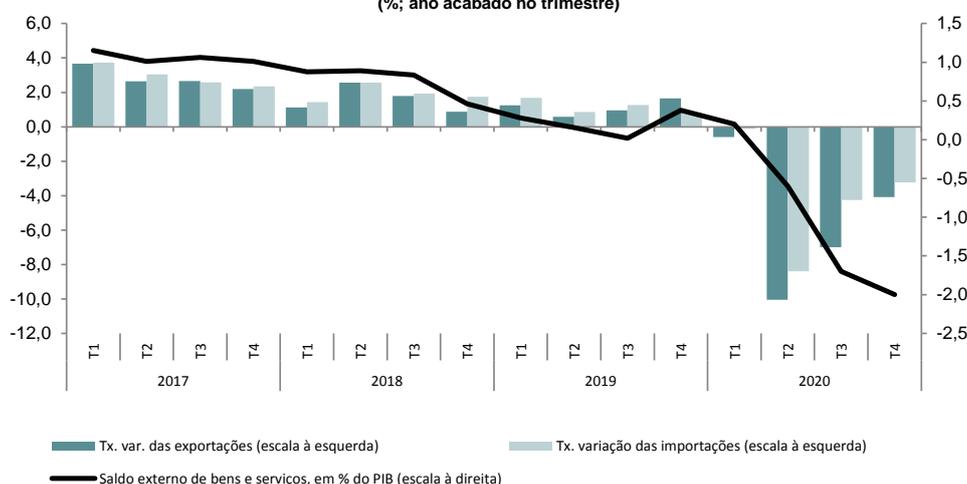


Gráfico 2 - Saldo externo de bens e serviços (%; ano acabado no trimestre)



Famílias: capacidade de financiamento situou-se em 5,9% do PIB

A capacidade de financiamento das Famílias¹ situou-se em 5,9% do PIB no ano acabado no 4º trimestre de 2020, mais 1,4 p.p. que no trimestre anterior, em consequência do aumento da poupança em 16,4%.

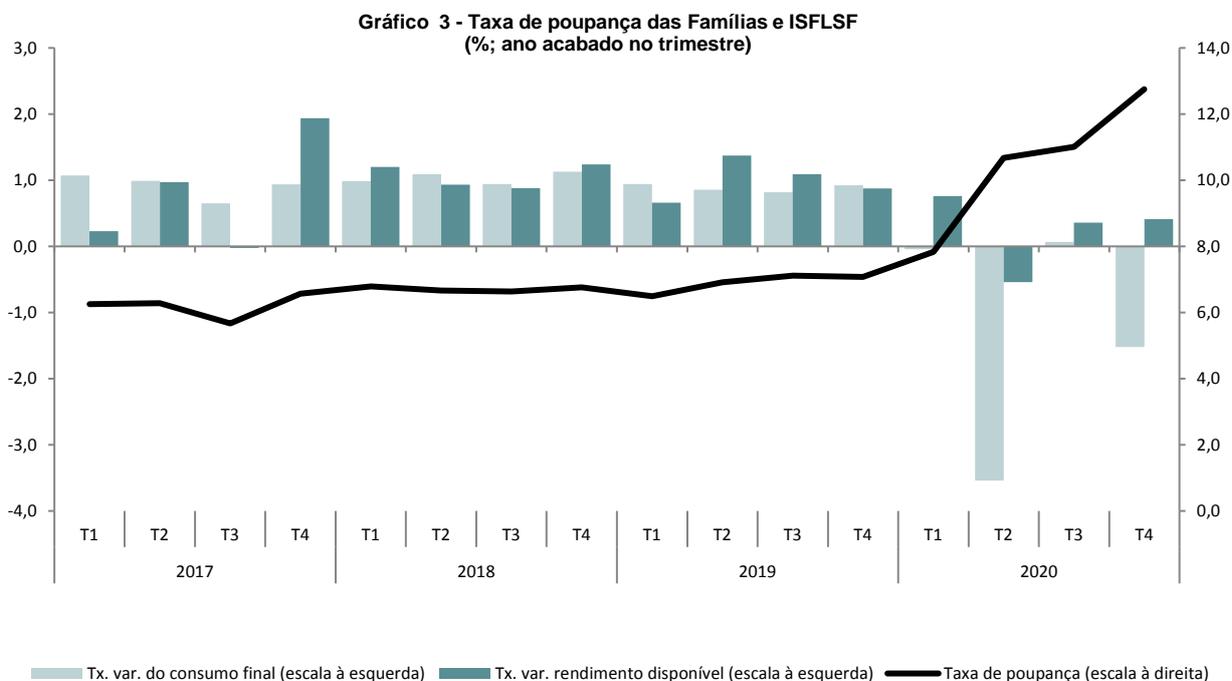
A taxa de poupança das Famílias aumentou em 1,8 p.p., para 12,8% do Rendimento disponível (RD), em consequência do aumento do rendimento e da redução da despesa de consumo (variações de 0,4% e -1,5% respetivamente).

¹ Inclui Instituições Sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias – ISFLSF.

No quadro 3, que apresenta a decomposição da taxa de variação do RD, as remunerações e as prestações sociais contribuíram em 0,4 e 0,3 p.p., respetivamente. O Excedente Bruto de Exploração (EBE) contribuiu em -0,2 p.p. para a variação do RD. O saldo positivo dos rendimentos de propriedade diminuiu, traduzindo-se num contributo de -0,1 p.p. para a variação do RD. Refira-se que, em Contas Nacionais, as moratórias relativas ao pagamento de juros de empréstimos concedidas pelo setor bancário não têm impacto no saldo de rendimentos de propriedade, uma vez que o SEC 2010 determina o registo destes fluxos no momento devido, mesmo que não tenham sido efetivamente pagos.

O investimento, representado pela Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) das Famílias, registou uma taxa de

variação de 0,6% no 4º trimestre de 2020 (1,0% no trimestre anterior).



Quadro 3: Contributos para a variação percentual do rendimento disponível das Famílias e ISFLSF (p.p., ano acabado no trimestre)

	Remunerações	Excedente bruto de Exploração	Saldo dos rendimentos de propriedade	Prestações sociais	Outras transferências correntes	Impostos	Rendimento Disponível
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (1)+...+(5) - (6)
2018T4	1,4	0,2	-0,4	0,3	0,0	0,3	1,2
2019T1	0,7	0,3	-0,4	0,0	0,1	0,1	0,7
2019T2	0,8	0,3	0,1	0,0	0,2	0,0	1,4
2019T3	0,8	0,3	-0,1	0,1	0,0	0,0	1,1
2019T4	0,8	0,3	-0,2	0,0	0,1	0,1	0,9
2020T1	0,6	0,1	-0,1	0,1	0,2	0,1	0,8
2020T2	-0,4	-0,2	0,2	0,2	0,0	0,4	-0,5
2020T3	0,1	-0,1	0,0	0,2	-0,1	-0,2	0,4
2020T4	0,4	-0,2	-0,1	0,3	0,1	0,1	0,4

O RDB das famílias ajustado *per capita* fixou-se em 16,5 mil euros no ano terminado no 4º trimestre de 2020, o que representou um aumento de 0,4% face ao trimestre anterior, enquanto o PIB nominal *per capita* diminuiu 1,1%.

Note-se que o RDB ajustado difere do RDB por incluir o valor dos bens e serviços que são adquiridos ou produzidos pelas AP ou ISFLSF e que se destinam ao consumo das Famílias, como sejam, por exemplo, participações na aquisição de medicamentos pelas famílias.

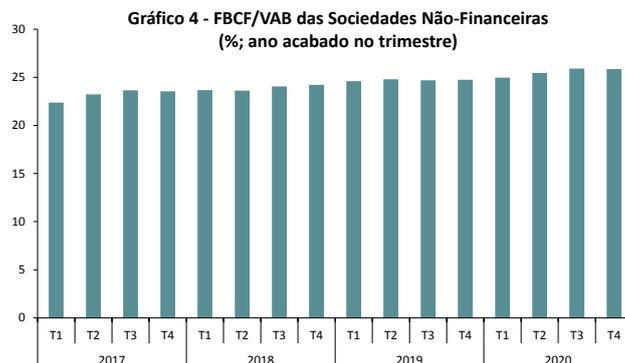
Sociedades Não Financeiras: necessidade de financiamento situou-se em 2,4% do PIB

A necessidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras manteve-se em 2,4% do PIB no ano acabado no 4º trimestre.

O VAB deste setor diminuiu 1,3% no 4º trimestre de 2020, determinando uma redução de 2,6% no EBE, ainda assim atenuada pelo significativo aumento dos subsídios recebidos (variação de 23,5% no ano acabado no 4º trimestre de 2020). O aumento destes subsídios de exploração refletiu sobretudo os pagamentos efetuados pelas AP no contexto da pandemia COVID-19, nomeadamente do regime especial de *layoff* e os regimes de apoio extraordinário à retoma da atividade. No ano acabado no trimestre anterior, o VAB e o EBE tinham registado taxas de variação de -1,4% e -1,7% respetivamente.

A taxa de margem operacional do setor fixou-se em 21,9% (menos 0,9 p.p. do que no trimestre anterior). Esta taxa é obtida pelo rácio entre o Excedente de Exploração Líquido e o Valor Acrescentado Líquido e corresponde à percentagem de valor criado nas empresas que se destina à remuneração dos recursos financeiros obtidos.

A FBCF diminuiu 1,4% no ano acabado no 4º trimestre de 2020, fixando-se a taxa de investimento (medida através do rácio entre a FBCF e o VAB) em 25,9%, igual à registada no trimestre anterior.



Sociedades Financeiras: capacidade de financiamento fixou-se em 2,2% do PIB

A capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras manteve-se em 2,2% do PIB no ano terminado no 4º trimestre.

O VAB do setor diminuiu 1,4%, sendo compensado pela melhoria do saldo positivo dos rendimentos de propriedade, com os rendimentos recebidos e pagos a registarem taxas de variação de -5,7% e -6,5%, respetivamente. A poupança corrente do setor registou uma diminuição de 4,0% no 4º trimestre de 2020.

Administrações Públicas: saldo diminuiu 1,5 p.p. para -5,7% do PIB

O saldo do setor das AP reduziu-se em 1,5 p.p. no ano terminado no 4º trimestre de 2020, representando uma necessidade de financiamento de 5,7% do PIB. Esta redução foi determinada pelo aumento da despesa em 2,8% e pela diminuição da receita em 0,3% (ver quadros 4 e 5).

O comportamento da despesa resultou dos aumentos da despesa de capital em 9,3% e da despesa corrente em 2,3%. Todas as rubricas da despesa corrente aumentaram no período, com exceção dos encargos com juros que diminuíram 2,0%, tendo as maiores

variações percentuais ocorrido nas despesas com subsídios (+26,0%) e na outra despesa corrente (+10,8%). O aumento da despesa de capital foi determinado pelas variações positivas de 7,2% do investimento e de 11,8% da outra despesa de capital.

A receita total registou uma redução de 0,3% no ano terminado no 4º trimestre de 2020, devido à diminuição de 0,3% na receita corrente e ao aumento em 3,7% da receita de capital. O comportamento da receita corrente resultou do efeito combinado de diminuições dos impostos sobre a produção e importação (-2,1%) e das vendas (-2,0%), e de

aumentos dos impostos sobre o rendimento e património (+1,5%), das contribuições sociais (+0,2%) e da outra receita corrente (+3,7%).

Tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP no 4º trimestre de 2020 atingiu -3 905,1 milhões de euros, correspondentes a -7,4% do PIB, o que compara com -1,8% no período homólogo, conforme pode verificar-se no quadro 6. Face ao mesmo período do ano anterior, verificou-se um aumento da despesa total (+10,5%) e uma diminuição da receita total (-0,9%).

Quadro 4: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas no ano acabado no trimestre

	2019T4	2020T1	2020T2	2020T3	2020T4
	Unidade: 10 ⁶ euros				
Receita total	91 161,4	91 284,6	89 334,7	86 818,4	86 586,6
Receita corrente	90 485,6	90 565,0	88 595,5	86 037,0	85 776,1
Impostos sobre o rendimento e património	20 849,3	20 877,3	21 285,2	19 791,0	20 081,0
Impostos sobre a produção e importação	32 065,6	31 961,2	30 490,8	29 775,2	29 157,1
Contribuições sociais	25 274,2	25 517,8	25 418,0	25 526,5	25 566,4
Vendas	7 425,1	7 338,7	6 892,6	6 693,4	6 562,3
Outra receita corrente	4 871,3	4 870,1	4 509,0	4 251,0	4 409,2
Receita de capital	675,8	719,6	739,2	781,4	810,5
Despesa total	90 984,4	91 661,4	93 298,3	95 388,1	98 087,7
Despesa corrente	84 732,4	85 251,6	86 754,3	87 742,7	89 732,8
Prestações sociais	38 744,8	39 064,2	39 261,7	39 604,8	40 111,4
Despesas com pessoal	22 905,3	23 171,3	23 301,7	23 538,7	23 743,7
Juros	6 330,7	6 167,6	6 044,7	5 904,4	5 786,3
Consumo intermédio	11 149,1	11 302,7	11 260,8	11 156,3	11 306,5
Subsídios	852,6	872,1	2 065,1	2 854,8	3 596,4
Outra despesa corrente	4 749,9	4 673,7	4 820,3	4 683,7	5 188,4
Despesa de capital	6 252,0	6 409,8	6 544,0	7 645,4	8 354,9
Investimento ⁽¹⁾	3 887,9	3 937,4	4 165,0	4 216,9	4 521,2
Outra despesa de capital	2 364,1	2 472,4	2 379,0	3 428,5	3 833,7
Saldo corrente	5 753,2	5 313,4	1 841,3	-1 705,7	-3 956,7
Saldo total	177,0	- 376,8	-3 963,6	-8 569,7	-11 501,1
<i>Por Memória:</i>					
Despesa corrente primária	78 401,7	79 084,0	80 709,6	81 838,3	83 946,5
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	213 949,3	213 798,6	206 795,9	204 590,3	202 465,7
Saldo em % do PIB	0,1%	-0,2%	-1,9%	-4,2%	-5,7%

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

Quadro 5: Taxas de variação das Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas no ano acabado no trimestre

	2019T4	2020T1	2020T2	2020T3	2020T4
	Unidade: %				
Receita total	0,9	0,1	-2,1	-2,8	-0,3
Receita corrente	0,9	0,1	-2,2	-2,9	-0,3
Impostos sobre o rendimento e património	0,4	0,1	2,0	-7,0	1,5
Impostos sobre a produção e importação	0,9	-0,3	-4,6	-2,3	-2,1
Contribuições sociais	1,7	1,0	-0,4	0,4	0,2
Vendas	0,9	-1,2	-6,1	-2,9	-2,0
Outra receita corrente	-0,7	0,0	-7,4	-5,7	3,7
Receita de capital	-3,1	6,5	2,7	5,7	3,7
Despesa total	0,2	0,7	1,8	2,2	2,8
Despesa corrente	0,6	0,6	1,8	1,1	2,3
Prestações sociais	1,1	0,8	0,5	0,9	1,3
Despesas com pessoal	1,3	1,2	0,6	1,0	0,9
Juros	-3,3	-2,6	-2,0	-2,3	-2,0
Consumo intermédio	1,0	1,4	-0,4	-0,9	1,3
Subsídios	3,6	2,3	136,8	38,2	26,0
Outra despesa corrente	-3,7	-1,6	3,1	-2,8	10,8
Despesa de capital	-4,2	2,5	2,1	16,8	9,3
Investimento ⁽¹⁾	1,7	1,3	5,8	1,2	7,2
Outra despesa de capital	-12,6	4,6	-3,8	44,1	11,8

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

No lado da despesa, registou-se um crescimento de 8,4% da despesa corrente, refletindo o impacto de medidas excecionais de apoio à atividade económica no contexto da pandemia COVID-19. Destacam-se, em particular, os acréscimos nas prestações sociais (+4,6%), nas despesas com pessoal (+3,1%), no consumo intermédio (+4,7%), nos subsídios pagos (+249,2%) e na outra despesa corrente (+44,5%). Apenas os encargos com juros apresentaram uma diminuição neste período (-7,6%). A despesa de capital aumentou 36,3%, traduzindo o incremento de 21,7% no investimento e de 73,6% na outra despesa de capital. Esta última reflete os registos da garantia concedida pelo Governo Regional dos Açores à SATA Air Açores e da obrigação de pagamento de retroativos referentes a suplementos de férias não pagos a agentes da Polícia de Segurança Pública e da Guarda Nacional Republicana, resultante de uma sentença de tribunal.

O comportamento da receita corrente deveu-se a diminuições nos impostos sobre a produção e importação (-7,4%) e nas vendas (-6,6%) e aumentos nos impostos sobre o rendimento e património (+5,0%), nas contribuições sociais (+0,6%) e na outra receita corrente (+14,4%). A receita de capital registou um aumento de 9,5%.

O quadro 7 sintetiza os principais ajustamentos efetuados na passagem do saldo em contabilidade pública para o saldo em contabilidade nacional. Comparando o 4º trimestre de 2020 com o período homólogo, verificou-se uma diminuição significativa em ambos os saldos. O valor das injeções de capital e assunção de dívidas foi, na sua quase totalidade, destinado a entidades do setor das AP, não afetando, por motivo de consolidação, o saldo deste setor. As restantes diferenças entre estas duas óticas estão associadas ao ajustamento da delimitação setorial do

setor das AP e ao ajustamento temporal de impostos e contribuições.

Recorde-se que os impostos e as contribuições sociais, na passagem de contabilidade pública a contabilidade nacional, incluem um ajustamento temporal que visa aproximar o período de registo da receita ao período em que se gerou a obrigação de pagamento. Adicionalmente, tal como referido nas anteriores publicações relativas a 2020, devido às medidas de pagamento fracionado de impostos e contribuições

sociais, tomadas no contexto da pandemia COVID-19, foi feito um ajustamento adicional de modo a incluir na receita do período em que se gerou a obrigação de pagamento. Para o conjunto do ano 2020, este ajustamento traduziu-se num incremento da receita fiscal de 236 milhões de euros face aos dados da contabilidade pública, referentes às medidas de prorrogação de pagamento do IVA devido entre o final de 2020 e o início de 2021 e que constituem receita em 2020 na ótica de contas nacionais.

Quadro 6: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas

	4º trimestre de 2019		4º trimestre de 2020		Variação em valor (%)
	milhões de euros	% PIB	milhões de euros	% PIB	
Receita total	24 724,5	44,9	24 492,6	46,3	- 0,9
Receita corrente	24 417,5	44,4	24 156,6	45,7	- 1,1
Impostos sobre o rendimento e património	5 809,0	10,6	6 098,9	11,5	5,0
Impostos sobre a produção e importação	8 399,7	15,3	7 781,6	14,7	- 7,4
Contribuições sociais	7 115,3	12,9	7 155,2	13,5	0,6
Vendas	1 991,1	3,6	1 860,0	3,5	- 6,6
Outra receita corrente	1 102,5	2,0	1 260,8	2,4	14,4
Receita de capital	307,0	0,6	336,1	0,6	9,5
Despesa total	25 698,1	46,7	28 397,7	53,7	10,5
Despesa corrente	23 742,3	43,2	25 732,4	48,7	8,4
Prestações sociais	10 909,1	19,8	11 415,7	21,6	4,6
Despesas com pessoal	6 625,7	12,0	6 830,8	12,9	3,1
Juros	1 545,9	2,8	1 427,8	2,7	- 7,6
Consumo intermédio	3 228,8	5,9	3 379,0	6,4	4,7
Subsídios	297,6	0,5	1 039,2	2,0	249,2
Outra despesa corrente	1 135,2	2,1	1 639,9	3,1	44,5
Despesa de capital	1 955,8	3,6	2 665,3	5,0	36,3
Investimento ⁽¹⁾	1 405,0	2,6	1 709,3	3,2	21,7
Outra despesa de capital	550,8	1,0	956,0	1,8	73,6
Saldo corrente	675,2	1,2	-1 575,8	- 3,0	
Saldo total	- 973,7	- 1,8	-3 905,1	- 7,4	

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

Quadro 7: Passagem de saldos de Contabilidade Pública a Contabilidade Nacional

	Unidade: 10 ⁶ euros	
	2019T4	2020T4
Saldo em contabilidade pública:	-3 021,9	-5 360,4
Ajustamento accrual e delimitação setorial em Contas Nacionais	1 910,3	1 598,7
Diferença entre juros pagos e devidos	367,1	537,0
Outros valores a receber:	707,7	466,8
<i>Ajust. temporal de impostos e contribuições</i>	763,0	372,1
<i>Outros</i>	- 55,4	94,7
Outros valores a pagar:	69,8	61,9
<i>Encargos assumidos e não pagos</i>	166,8	103,9
<i>Outros</i>	- 97,0	- 42,0
Outros ajustamentos:	-1 006,6	-1 209,2
<i>dos quais:</i>		
<i>Injeções de capital e assunção de dívidas</i>	-1 182,8	-1 263,6
Saldo em contabilidade nacional:	- 973,7	-3 905,1
PIB ⁽¹⁾	55 017,0	52 892,4
Saldo em contabilidade nacional em % do PIB	-1,8%	-7,4%

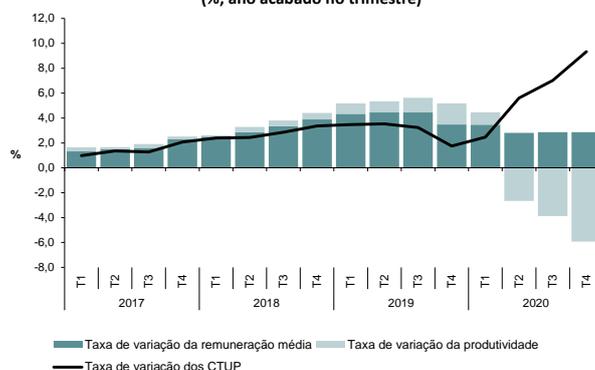
⁽¹⁾ Dados não ajustados de sazonalidade e de efeitos de calendário

Custos do trabalho por unidade produzida (CTUP) aumentaram 9,3%

No ano acabado no 4º trimestre de 2020, os CTUP registaram um aumento de 9,3%, que compara com uma taxa de variação de 7,0% no trimestre anterior. A aceleração dos CTUP no 4º trimestre deveu-se à redução mais intensa da produtividade².

² Note-se que neste indicador a produtividade e remunerações médias têm como referência o número de trabalhadores e não as horas trabalhadas (ver caixa sobre a diferença na evolução da produtividade consoante a unidade de trabalho adotada no destaque publicado em [26 de fevereiro](#)).

Gráfico 5 - Taxa de variação dos CTUP
(%; ano acabado no trimestre)



Tal como referido na publicação do trimestre anterior, as remunerações pagas pelas empresas no contexto do regime especial de *layoff* explicam em grande medida o comportamento dos CTUP. Com a adesão a este regime, as empresas continuaram a pagar remunerações aos seus empregados, mesmo nos casos em que não houve prestação efetiva de trabalho, reduzindo deste modo o impacto negativo da

diminuição da atividade sobre as remunerações pagas. Deste modo, a remuneração média por empregado aumentou, o que em conjunto com a redução significativa da produtividade por empregado, determinou um crescimento dos CTUP. Os custos das empresas com remunerações foram parcialmente compensados pelas AP pela via de subsídios à exploração, que não estão refletidos no cálculo dos CTUP.

Contas Anuais Preliminares dos Setores Institucionais para 2020

A primeira versão das Contas Anuais dos Setores Institucionais para 2020 resulta da soma das estimativas obtidas para os quatro trimestres agora

divulgados. O quadro 8 apresenta a evolução anual dos principais agregados económicos decorrentes das Contas Nacionais por Setor Institucional.

Tal como tinha sido referido com a publicação das contas trimestrais para o total da economia em 26 de fevereiro, os dados provisórios de 2019 foram revistos com efeito também nas contas dos setores institucionais. Face às estimativas anteriores, os novos resultados determinaram uma revisão em alta de 0,3 p.p. da taxa de variação do PIB nominal em 2019 (4,3%). No que respeita aos saldos por setor institucional, e em percentagem do PIB, verificaram-se revisões nos saldos das Sociedades Não Financeiras (de -2,5% para -3,2%), das Sociedades Financeiras (de 2,0% para 2,6%) e das Famílias e ISFLSF (de 1,4% para 1,5%).

Quadro 8 - Indicadores para a economia portuguesa

	2015	2016	2017	2018	2019 ^{Po}	2020 ^{Pe}
PIB nominal (taxa de variação)	3,8	3,8	5,1	4,7	4,3	-5,4
RNB (taxa de variação)	3,2	4,0	5,2	4,6	4,2	-4,4
RDB (taxa de variação)	3,4	4,0	5,6	4,5	4,3	-4,3
Poupança Bruta (taxa de variação)	8,4	7,9	16,2	6,5	7,4	-10,4
Taxa de Poupança das Famílias e ISFLSF (% do RDB)	6,9	7,0	6,6	6,8	7,1	12,8
Consumo Final das Famílias e ISFLSF (taxa de variação)	2,9	3,6	3,7	4,2	3,6	-5,0
Rendimento Disponível das Famílias e ISFLSF (taxa de variação)	3,4	3,8	3,1	4,3	4,1	1,0
Formação Bruta de Capital (taxa de variação)	7,5	3,6	14,3	11,2	8,0	0,0
Capacidade (+) /Necessidade (-) de Financiamento						
Sociedades Não Financeiras (% do PIB)	0,2	-0,7	-1,2	-2,4	-3,2	-2,4
Sociedades Financeiras (% do PIB)	3,2	1,9	4,1	2,2	2,6	2,2
Administrações Públicas (% do PIB)	-4,4	-1,9	-3,0	-0,3	0,1	-5,7
Famílias e ISFLSF (% do PIB)	2,4	2,3	1,9	1,8	1,5	5,9
Total da Economia (% do PIB)	1,2	1,5	1,8	1,2	1,0	0,1
Saldo Externo de Bens e Serviços (% do PIB)	0,7	1,1	1,0	0,5	0,4	-2,0
CTUP (taxa de variação)	-0,1	0,8	2,1	3,4	1,8	9,3

Po - dados provisórios; Pe - dados preliminares

Notas metodológicas

As Contas Trimestrais por Setor Institucional (CTSI) diferem das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) por não serem ajustadas de sazonalidade. Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano acabado no trimestre precedente. As CTSI são apresentadas exclusivamente em termos nominais.

Revisões das estimativas anteriores

Os resultados agora apresentados têm uma natureza preliminar, incorporando nova informação com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados.

São de destacar a integração das versões mais recentes da Balança de Pagamentos e das Estatísticas Monetárias e Financeiras produzidas pelo Banco de Portugal, bem como das contas das Administrações Públicas relativas ao ano completo de 2020. Em consequência da informação adicional apropriada após a publicação de 26 de fevereiro, também as contas trimestrais para o conjunto da economia foram revistas, assegurando-se assim a total consistência dos agregados de contabilidade nacional disponibilizados no Portal do INE.

Para o ano 2020, a nova informação implicou uma revisão em baixa de 0,1 p.p. da variação anual nominal do PIB, tendo-se mantido inalterada a variação anual em volume. Em termos trimestrais, a incorporação de nova informação traduziu-se também em revisões das taxas de variação homóloga e em cadeia do PIB.

Principais definições

Os agregados estimados baseiam-se no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010), sendo de destacar as seguintes definições:

Capacidade (+)/necessidade (-) de financiamento - A capacidade ou a necessidade de financiamento (B.9) é o montante líquido dos recursos que o setor institucional coloca à disposição dos restantes setores (se for positivo) ou que recebe dos restantes setores (se for negativo). Para o total da economia, a capacidade ou a necessidade de financiamento é igual, mas de sinal contrário, à necessidade ou à capacidade de financiamento do resto do mundo.

Consumo final – O consumo final corresponde à despesa realizada por unidades institucionais residentes com a aquisição de bens e serviços utilizados para a satisfação direta de necessidades individuais ou coletivas.

Custos do Trabalho por Unidade Produzida (CTUP) – Mede o custo médio do trabalho por unidade produzida e é calculado como o rácio entre a remuneração média por trabalhador remunerado e o PIB real por indivíduo empregado.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – A Formação Bruta de Capital Fixo (P.51g) engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e ainda determinados acréscimos ao valor de ativos não produzidos obtidos através da atividade produtiva de unidades de produção ou institucionais. Os ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

Formação Bruta de Capital (ou Investimento) – A Formação Bruta de Capital (ou Investimento) (P.5) inclui a FBCF, a Variação de Existências (P.52) e as Aquisições (líquidas de Cessões) de Objetos de Valor (P.53).

Rendimento disponível – Corresponde ao valor que cada setor institucional dispõe para afetar à despesa de consumo final ou à poupança.

Rendimento Nacional Bruto (RNB) – O Rendimento Nacional Bruto (a preços de mercado), representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remuneração dos empregados, impostos sobre a produção e importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedentes de exploração brutos e rendimento misto bruto.

Rendimentos de propriedade – Corresponde aos rendimentos a receber pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido corpóreo para remunerarem o facto de pôr fundos ou o ativo não produzido corpóreo à disposição de outra unidade institucional.

Poupança – A poupança mede a parte do rendimento disponível que não é afeta à despesa de consumo final. Se a poupança é positiva, o rendimento não despendido é consagrado à aquisição de ativos ou à redução de passivos. Se a poupança é negativa, certos ativos são liquidados ou certos passivos aumentam.

Produto Interno Bruto (PIB) – O Produto Interno Bruto (a preços de mercado) representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de três formas: 1) o PIB é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade) – ótica da produção; 2) o PIB é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços – ótica da despesa; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia) – ótica do rendimento.

Setor institucional – O setor institucional agrupa as unidades institucionais que têm um comportamento económico similar. As unidades institucionais são classificadas em setores tendo como base o tipo de produtor que são e dependendo da sua atividade principal e função, sendo estes considerados como indicativos do comportamento económico das unidades. Os setores institucionais são os seguintes:

- Sociedades Não Financeiras;
- Sociedades Financeiras;
- Administrações Públicas;
- Famílias e Instituições sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias (ISFLSF);
- Resto do Mundo.

Taxa de investimento – A taxa de investimento representa o rácio entre a FBCF e o Valor Acrescentado Bruto (VAB).

Taxa de poupança das Famílias – A taxa de poupança das Famílias mede a parte do rendimento disponível que não é utilizado em consumo final, sendo calculada através do rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível (inclui ajustamento pela variação da participação líquida das Famílias nos fundos de pensões).

Relativamente ao saldo das AP em contabilidade nacional e em contabilidade pública, importa esclarecer o seguinte:

No apuramento do défice orçamental na ótica das Contas Nacionais é necessário proceder a um conjunto de ajustamentos aos resultados apurados em Contabilidade Pública. A Contabilidade Pública obedece a uma ótica de caixa, registando-se todas as despesas que são pagas no período contabilístico. Em Contas Nacionais registam-se os encargos assumidos num determinado período contabilístico independentemente do seu pagamento ocorrer noutro período. Simetricamente excluem-se pagamentos respeitantes a encargos assumidos noutros períodos. Outro importante ajustamento efetuado está relacionado com a delimitação setorial do setor das AP, onde são incluídas entidades que não estão integradas no saldo em Contabilidade Pública mas que pertencem ao setor institucional das AP na ótica das Contas Nacionais e são retiradas entidades que não integram esse setor, mas estão incluídas no saldo em Contabilidade Pública. Finalmente há operações que, de acordo com o quadro conceptual das Contas Nacionais, têm uma classificação específica, nomeadamente alguns casos em que a aquisição por entidades das AP de participações de capital de outras entidades são contabilizadas como transferências de capital e não como operações financeiras, sendo necessário proceder aos ajustamentos correspondentes.